

POETA ANÍSIO SILVA (PROFESSOR SHELL)

Muito além do currículo:
O Professor que fez da palavra um abraço.



LANÇAMENTO

VERBO: A POESIA QUE FERRE E PERMANECE

O REAL, A MEMÓRIA E A HUMANIDADE NOS VERSOS INQUIETANTES DE ANÍSIO SILVA.



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/gzrygp96>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adelson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adelson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaufeuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica

Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 65 (jun. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 320 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/gzrygp96>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

07 Sobre quem joga e quem assiste: lugares que ensinamos a ocupar

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

14 Convivência em foco – “Programa EntreNós”

Cleia Teixeira da Silva e Jose Wilton dos Santos

20 POIESIS

J. Wilton

23 Poeta Anísio Silva (Professor Shell)

Muito além do currículo: o professor que fez da palavra um abraço



ARTIGOS

1. A ESTRATÉGIA DAS RECEITAS PÚBLICAS NO SISTEMA FISCAL ANGOLANO (CASO DA TERCEIRA REGIÃO TRIBUTÁRIA LUANDA-BENGO)

Adão Pacheco Valentim/Domingos Fernando Cassuende Lucunde 31

2. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “FAMÍLIA TAMBÉM CONTA HISTÓRIAS

Ana Cláudia Souza Silva 36

3. A FRACA ASSIMILAÇÃO E BAIXO RENDIMENTO DOS ALUNOS DO LICEU REI CILULU VANGUEVANGUE - CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO

Angelino Wambo Tchaluete/Walter Albino António Sassoma 42

4. O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS

Antonia Elcinda Alves Rodrigues 48

5. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM DIREITO: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO

Augusto Hudson Simeão 53

6. ANÁLISE FARMACOTERAPÉUTICA DOS ANTIRRETROVIRAIS EM PACIENTES ATENDIDOS NO HOSPITAL GERAL DO KILAMBA KIAXI

Capuma Ernesto Eduardo /Daniel Tchilala Luciano /Wilson Valdemar Gomes Anilba 60

7. RECURSO DE APELAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

Chiquito Afonso Fernando Domingos/Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva 65

8. O IMPACTO SOCIAL DA CORRUPÇÃO EM ANGOLA: EFEITOS NA DESIGUALDADE SOCIAL E NO ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Cipriano de Jesus Plácido da Silva /Constantino João Manuel 74

9. A MOTIVAÇÃO LABORAL E O DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO PRIVADO DO KILAMBA

Constantino João Manuel 80

10. CRIMINALIDADE NO BAIRRO CANDOMBE VELHO, MOTIVOS, CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES

Daniel Cordeiro 87

11. DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EQUIDADE NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Daniela dos Santos Magalhães 93

12. PLANEJAMENTO DOCENTE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Denise Teixeira Santos Menezes 99

13. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTORIA DOCENTE NA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: POSSIBILIDADES, LIMITES E CRITÉRIOS ÉTICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Diego Agostinho Dynczuki 106

14. O PAPEL DA LIDERANÇA NO DESENVOLVIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE ENSINO SUPERIORUM ESTUDO REALIZADO À COMUNIDADE ACADÊMICA DO ISIA E ISPK – 2025/2026

Edson da Conceição Graça /Rogério Agrey Moisés Jonas 115

15. FUGA À PATERNIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNICÍPIO DO CUITO-BIÉ NO ÂMBITO DO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

Eduardo Custódio Domingos Nungulo 124

16. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CONECTANDO CONHECIMENTO, CIDADANIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Emanuel Ramos Barra 130

17. APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO MOVIMENTO E DA EXPRESSÃO CORPORAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO

Glauçimer Silva Batista de Almeida 136

18. QUANDO O TEMPO SE TORNA TERRITÓRIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Jennyfer Christiane Barboza de Jesus 144

19. O PAPEL DO PROFESSOR NA MOTIVAÇÃO DO ALUNO NO INSTITUTO TÉCNICO DE SAÚDE Nº 110 DE SAURIMO-ANGOLA

João Miranda Tumba 154

20. CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE CUIDADO E APRENDIZAGEM

Jordânia de Brito 161

21. INFLUÊNCIA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS(CASO DO HOSPITAL MUNICIPAL DO ZANGO NO PERÍODO DE 2024-2025)

Julietta Elisa André Panzo Tchitungo 168

22. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Lilian Silvana Minho Zanetta 176

23. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO SISTEMA JURÍDICO ANGOLANO NO CONTEXTO DA REFORMA DO ESTADO E DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

Luzia Feijó Sebastião/Constantino João Manuel 182

24. A MÚSICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Lusilene da Rocha Alves 189

25. A GESTÃO ESCOLAR NO SECTOR PRIMÁRIO E DO II CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO: UMA PERSPECTIVA DAS DIRECTORAS DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE LUANDA

Madalena Nascente Cardoso João 195

26. O ACESSO À JUSTIÇA PELAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA EM ANGOLA: BARREIRAS ESTRUTURAIS E MECANISMOS DE INCLUSÃO

Manuel António da Silva Lemos /Constantino João Manuel 204

27. ATRIBUIÇÃO CAUSAL COMO UM FATOR CRUCIAL PARA O RENDIMENTO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES

Manuel Francisco Neto 210

28. ARTETERAPIA E SAÚDE MENTAL: FUNDAMENTOS, EVIDÊNCIAS, LIMITES E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO CUIDADO INTEGRAL

Marcelo Santos de Mascarenhas 216

29. A PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTO DE CRISE SOCIOECONÓMICA EM ANGOLA: DESAFIOS INSTITUCIONAIS E MECANISMOS DE GARANTIA

Maria Teresa da Costa Garcia /Constantino João Manuel 225

30. MEDIAÇÕES, CONFLITOS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS

Moizes Antonio dos Santos 232

31. O USO DO SOFTWARE GEOGEBRA NO ESTUDO DAS FUNÇÕES EXPONENCIAIS NO 1.º ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA

Ngombo Rodrigues Lucau 243

32. DESEMPREGO JUVENIL NA CIDADE DE LUANDAUM ESTUDO REALIZADO NO BAIRRO ROCHA PINTO

Pedro Nzuzi 250

33. EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIVERSIDADE CULTURAL E A BNCC NO BRASIL

Sandra Horacio 258

34. LITERACIA FISCAL E CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM ANGOLA: EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS A PARTIR DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL

Santos Augusto Mussamo /Constantino João Manuel 264

35. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DO 4º ANO DO CURSO DE ANÁLISES CLÍNICAS E SAÚDE PÚBLICA DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE OLINDA RODRIGUES, NO I SEMESTRE DE 2025

Santos Filipe 271

36. O ESTÁGIO ACADÊMICO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR EM MALANJE

Sebastião Alcino Gonçalves 279

37. A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira 287

38. ARTE, EXPRESSÃO SIMBÓLICA E DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL NA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA ARTE-EDUCAÇÃO E LIMITES DA ARTETERAPIA

Solange Aparecida Silva 293

39. A RODA DE CONVERSA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Suellen Vidal Araújo da Silva 303

40. O BRINCAR LIVRE NA INFÂNCIA: FUNDAMENTOS SOCIOCULTURAIS, EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Viviane Marcia Santos de Mascarenhas 309



CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE CUIDADO E APRENDIZAGEM

Jordânia de Brito¹

RESUMO: A Educação Infantil tem sido marcada por importantes transformações conceituais relacionadas à compreensão da criança e das práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições educativas. Entre os debates mais relevantes está a relação entre cuidar e educar, dimensões que historicamente foram tratadas de forma separada, mas que atualmente são compreendidas como elementos indissociáveis do trabalho pedagógico. Este artigo tem como objetivo analisar a integração entre cuidado e educação na Educação Infantil, discutindo suas implicações para o desenvolvimento integral das crianças. A pesquisa possui natureza bibliográfica, abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico. A metodologia consistiu na análise de livros, dissertações e documentos educacionais que abordam as práticas de cuidado, a organização do trabalho pedagógico e o desenvolvimento infantil. Os resultados evidenciam que os momentos de alimentação, higiene, descanso, acolhimento e interação constituem importantes oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Também demonstram que a superação da dicotomia entre cuidar e educar contribui para uma compreensão mais ampla da infância e do papel da Educação Infantil. Conclui-se que o cuidado, quando compreendido em sua dimensão pedagógica, representa um elemento fundamental na construção de experiências educativas significativas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil. Integração. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil consolidou-se, nas últimas décadas, como a primeira etapa da Educação Básica e passou a ocupar posição estratégica nas políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das crianças. Essa mudança representa a superação de uma concepção historicamente assistencialista, que compreendia creches e pré-escolas como espaços destinados prioritariamente ao cuidado físico, em direção a uma perspectiva que reconhece bebês e crianças pequenas como sujeitos de direitos, protagonistas de seus processos de desenvolvimento e aprendizagem.

No contexto brasileiro, esse avanço foi fortalecido por importantes marcos legais e

curriculares, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, pelo Currículo da Cidade: Educação Infantil. Esses documentos defendem uma concepção de educação pautada nas interações, nas brincadeiras e nas experiências vividas pelas crianças, compreendendo o desenvolvimento infantil de forma integral e atribuindo intencionalidade pedagógica às diferentes situações que compõem o cotidiano das instituições educativas.

Apesar desses avanços, ainda é possível identificar práticas que reproduzem uma separação entre os momentos considerados pedagógicos e aqueles destinados ao cuidado. Em algumas instituições, atividades como alimentação, higiene, descanso e

¹ Graduação em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo, Pós-graduada em EAD pela Universidade Paulista, UNIP; Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I PEIF na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMS. jordaniadebrito@gmail.com

acolhimento permanecem sendo compreendidas apenas como ações voltadas à satisfação de necessidades biológicas, enquanto as situações de ensino são associadas exclusivamente às atividades planejadas em sala. Essa fragmentação contrasta com as concepções contemporâneas de infância e limita a compreensão das múltiplas oportunidades de aprendizagem presentes na rotina da Educação Infantil.

Na prática pedagógica, observa-se que é justamente nos momentos cotidianos que as crianças constroem vínculos, desenvolvem autonomia, ampliam sua comunicação, aprendem a conviver com os pares e atribuem significado às experiências vividas. Assim, reconhecer o potencial educativo dessas situações implica compreender que o cuidado não constitui uma atividade paralela ao trabalho pedagógico, mas uma dimensão que se articula permanentemente aos processos de desenvolvimento infantil.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a relação entre cuidar e educar na Educação Infantil, discutindo como a integração dessas dimensões contribui para o desenvolvimento integral das crianças e para a organização de práticas pedagógicas coerentes com as atuais diretrizes educacionais. Para tanto, realiza-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada em estudos sobre infância, desenvolvimento infantil e organização do trabalho pedagógico, articulando contribuições teóricas com os documentos normativos que orientam a Educação Infantil brasileira e, em especial, a Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico. A opção por esse percurso metodológico fundamenta-se na possibilidade de compreender, por meio da análise da produção científica e de documentos normativos, as transformações ocorridas na concepção de cuidado e educação na Educação Infantil, bem como suas implicações para a organização das práticas pedagógicas.

Para a construção da pesquisa, foram analisados livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas que discutem a infância, o desenvolvimento infantil, a organização do

cotidiano nas instituições de Educação Infantil e a indissociabilidade entre cuidar e educar. Entre os principais referenciais utilizados destacam-se os estudos de Craidy e Kaercher (2001) e Barbosa (2006), além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e do Currículo da Cidade: Educação Infantil (SÃO PAULO, 2019), documentos que orientam as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil.

A análise do material foi realizada por meio de leitura crítica e interpretativa, buscando estabelecer relações entre as contribuições teóricas e os princípios que fundamentam as políticas públicas educacionais voltadas à primeira infância. O estudo procurou identificar como diferentes autores e documentos compreendem a integração entre cuidado e educação, destacando aspectos relacionados à organização dos espaços, da rotina, das interações, da construção da autonomia infantil e da atuação docente.

Com base nesse processo, foram definidas as seguintes categorias de análise: a evolução histórica da concepção de cuidar e educar; os fundamentos legais e curriculares que orientam a Educação Infantil; a intencionalidade pedagógica presente nos momentos de cuidado; a construção da autonomia infantil; e o papel do professor na mediação das experiências cotidianas. Essas categorias orientaram a discussão desenvolvida ao longo do artigo, permitindo analisar o tema à luz das atuais concepções de infância e das diretrizes que orientam a Educação Infantil brasileira e a Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA DICOTOMIA ENTRE CUIDAR E EDUCAR

A compreensão contemporânea de que cuidar e educar constituem dimensões indissociáveis da Educação Infantil resulta de um processo histórico marcado por mudanças nas concepções de infância, nas políticas públicas e nas finalidades atribuídas às instituições destinadas às crianças pequenas. A organização do atendimento à infância no Brasil foi influenciada por diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, que, durante muitos anos, estabeleceram uma separação entre as ações voltadas à assistência e aquelas relacionadas à educação.

As primeiras creches brasileiras surgiram no final do século XIX e início do século XX com forte caráter assistencial. Seu objetivo principal era atender aos filhos das mulheres trabalhadoras, oferecendo alimentação, higiene e proteção durante o período em que permaneciam afastadas de casa. Nesse contexto, predominava a compreensão de que esses espaços tinham como função suprir necessidades básicas das crianças, enquanto os aspectos educativos ocupavam posição secundária.

Paralelamente, as instituições voltadas à educação das crianças pequenas desenvolveram propostas inspiradas em concepções pedagógicas que buscavam preparar os alunos para o ingresso no Ensino Fundamental. Essa organização contribuiu para consolidar uma divisão entre o cuidado, frequentemente associado às creches, e a educação, atribuída às pré-escolas. Como consequência, estruturaram-se práticas institucionais que fragmentavam o desenvolvimento infantil, desconsiderando que as experiências das crianças acontecem de forma integrada.

A partir da Constituição Federal de 1988, importantes mudanças começaram a redefinir o lugar da Educação Infantil nas políticas públicas brasileiras. O reconhecimento da educação como direito de todas as crianças e dever do Estado fortaleceu a compreensão de que creches e pré-escolas deveriam assumir funções educativas, superando a lógica estritamente assistencialista. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidou a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, reafirmando sua finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Esse processo foi aprofundado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que passaram a reconhecer bebês e crianças como sujeitos históricos e de direitos, capazes de produzir cultura, estabelecer relações e participar ativamente da construção de conhecimentos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento infantil deixa de ser compreendido como resultado de ações isoladas e passa a ser entendido como um processo que ocorre nas interações, nas brincadeiras e nas experiências cotidianas.

Na mesma direção, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça que as práticas pedagógicas da Educação Infantil devem estar organizadas a partir dos direitos de aprendizagem e dos campos de experiência, valorizando o protagonismo infantil e reconhecendo que o desenvolvimento acontece em diferentes situações do cotidiano. No âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o Currículo da Cidade: Educação Infantil amplia essa concepção ao defender uma prática educativa centrada na escuta das crianças, na participação, nas interações e na construção de experiências significativas, compreendendo bebês e crianças como sujeitos competentes e participantes ativos da vida coletiva.

Essa evolução histórica demonstra que a antiga separação entre cuidar e educar não encontra sustentação nas atuais concepções de infância nem nos documentos que orientam a Educação Infantil brasileira. Mais do que desempenhar funções distintas, cuidado e educação passaram a ser compreendidos como dimensões complementares do trabalho pedagógico, exigindo dos profissionais uma atuação que considere a criança em sua integralidade e respeite seus direitos, seus tempos e suas formas de aprender.

Assim, compreender o percurso histórico da Educação Infantil permite reconhecer que a superação da dicotomia entre cuidar e educar não representa apenas uma mudança terminológica, mas uma transformação na maneira de compreender a infância, o papel das instituições educativas e a atuação dos professores. É a partir desse novo olhar que se torna possível discutir, nos capítulos seguintes, como o cuidado assume intencionalidade pedagógica e contribui para o desenvolvimento integral das crianças.

O CUIDADO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA: PARA ALÉM DAS NECESSIDADES BIOLÓGICAS

A compreensão do cuidado como dimensão constitutiva da ação pedagógica representa um dos principais avanços nas concepções contemporâneas de Educação Infantil. Se, historicamente, as práticas de alimentação, higiene, repouso e acolhimento foram associadas a funções essencialmente assistenciais, hoje essas experiências são reconhecidas como oportunidades privilegiadas para o desenvolvimento das crianças, desde que planejadas e mediadas com intencionalidade educativa.

O potencial pedagógico dos momentos de cuidado não está relacionado à atividade em si, mas à maneira como ela é organizada pelo professor e às interações estabelecidas durante sua realização. Uma refeição, por exemplo, pode limitar-se ao atendimento de uma necessidade fisiológica ou transformar-se em uma situação de diálogo, convivência, construção da autonomia e ampliação da linguagem. Da mesma forma, os momentos de higiene, descanso e organização dos espaços podem favorecer a participação das crianças, a resolução de pequenos desafios cotidianos e o fortalecimento das relações de confiança entre adultos e crianças.

Essa perspectiva está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), que compreendem o desenvolvimento infantil como um processo integrado, no qual as dimensões física, emocional, cognitiva, social e cultural se articulam continuamente. Nessa concepção, as práticas pedagógicas não se restringem às atividades previamente planejadas em sala, mas abrangem todas as experiências vividas pelas crianças no cotidiano das instituições educativas.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) reforça esse entendimento ao estabelecer que as aprendizagens na Educação Infantil são construídas por meio das interações e das brincadeiras, assegurando às crianças direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Esses direitos de aprendizagem evidenciam que cada momento da rotina pode favorecer o desenvolvimento infantil quando organizado de forma a garantir a participação ativa das crianças e o respeito às suas singularidades.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o Currículo da Cidade: Educação Infantil também orienta que as experiências cotidianas sejam planejadas de forma integrada, valorizando a escuta, a participação e o protagonismo infantil. Nessa perspectiva, o cuidado deixa de ser compreendido como uma sequência de procedimentos mecânicos para tornar-se uma experiência relacional, na qual as crianças são incentivadas a fazer escolhas, comunicar necessidades, colaborar com os colegas e construir conhecimentos a partir das situações vivenciadas no cotidiano.

Ao discutir a organização da rotina na Educação Infantil, Barbosa (2006) destaca que ela não deve ser entendida apenas como um instrumento de organização do tempo, mas como uma categoria pedagógica capaz de estruturar experiências significativas. Quando a rotina é planejada com flexibilidade e intencionalidade, favorece a segurança das crianças, amplia suas possibilidades de participação e cria condições para que diferentes aprendizagens ocorram de maneira contextualizada.

Nessa mesma direção, Craidy e Kaercher (2001) afirmam que o trabalho desenvolvido com crianças pequenas exige a superação da fragmentação entre cuidado e educação, reconhecendo que as experiências infantis acontecem de forma integrada. As autoras ressaltam que todos os momentos vividos pelas crianças podem assumir caráter educativo quando mediados por profissionais que compreendem o desenvolvimento infantil em sua totalidade e atribuem significado pedagógico às interações estabelecidas no cotidiano.

Entretanto, transformar o cuidado em prática pedagógica exige mais do que boa vontade ou sensibilidade do professor. Requer planejamento, observação, escuta atenta e avaliação contínua das necessidades e interesses das crianças. Cabe ao educador organizar ambientes acolhedores, selecionar materiais, favorecer interações e propor situações que estimulem a curiosidade, a autonomia e a construção de vínculos, reconhecendo que o desenvolvimento infantil ocorre nas experiências concretas vividas diariamente.

Desse modo, compreender o cuidado como prática pedagógica significa reconhecer que a qualidade das experiências oferecidas às crianças depende da intencionalidade presente nas ações docentes. Não é a atividade realizada que determina seu potencial educativo, mas a forma como ela é planejada, mediada e ressignificada pelo professor. Essa compreensão amplia o papel da Educação Infantil e fortalece práticas comprometidas com o desenvolvimento integral, o respeito aos direitos das crianças e a construção de experiências significativas desde os primeiros anos de vida.

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA INFANTIL NOS MOMENTOS DE CUIDADO

A autonomia infantil constitui um processo contínuo de desenvolvimento, construído nas interações que as crianças estabelecem com os adultos,

com seus pares e com o ambiente em que estão inseridas. Na Educação Infantil, essa autonomia não se restringe à realização independente de tarefas cotidianas, mas envolve a capacidade de participar das decisões, expressar opiniões, resolver pequenos desafios e construir, progressivamente, formas próprias de compreender e atuar sobre o mundo.

As concepções contemporâneas de infância reconhecem bebês e crianças como sujeitos competentes, capazes de interpretar a realidade, produzir cultura e participar ativamente das experiências educativas. Essa perspectiva rompe com modelos pedagógicos centrados exclusivamente na ação do adulto e atribui às crianças um papel ativo na construção das aprendizagens. Assim, promover a autonomia significa criar oportunidades para que elas façam escolhas, formulem hipóteses, manifestem interesses e participem das situações que organizam o cotidiano da instituição.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) defendem que o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações e das brincadeiras, assegurando às crianças experiências que favoreçam a participação, a expressão e a construção de sua identidade. Nessa perspectiva, a autonomia é compreendida como resultado de um ambiente educativo que respeita os tempos, as necessidades e as potencialidades de cada criança.

Esse entendimento também está presente na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil. Entre eles, destacam-se os direitos de participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, princípios que evidenciam a importância de garantir às crianças oportunidades reais de atuação nos diferentes momentos da rotina escolar. A participação ativa fortalece a autoconfiança, amplia a capacidade de tomada de decisões e contribui para o desenvolvimento das relações sociais.

No contexto da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o Currículo da Cidade: Educação Infantil reforça que o protagonismo infantil deve orientar a organização dos tempos, espaços e materiais, reconhecendo que as crianças aprendem quando podem investigar, experimentar, criar e estabelecer relações significativas com o ambiente. Nessa perspectiva, o

professor deixa de ocupar o lugar de único transmissor do conhecimento e assume o papel de mediador das experiências, promovendo situações que valorizem a iniciativa e a participação infantil.

Barbosa (2006) ressalta que a organização da rotina influencia diretamente o desenvolvimento da autonomia. Uma rotina flexível, planejada a partir da observação das crianças, favorece sua participação nas diferentes situações do cotidiano, permitindo que elas compreendam a sequência das atividades, façam escolhas e assumam responsabilidades compatíveis com sua faixa etária. Dessa forma, a rotina deixa de representar apenas um mecanismo de organização institucional e passa a constituir um contexto privilegiado para o desenvolvimento infantil.

De modo semelhante, Craidy e Kaercher (2001) destacam que o desenvolvimento da autonomia depende das oportunidades oferecidas às crianças para agir, experimentar e construir conhecimentos nas experiências cotidianas. As autoras defendem que o papel do educador consiste em criar condições para que as crianças participem ativamente da vida coletiva, desenvolvendo gradativamente confiança em suas próprias capacidades e fortalecendo sua identidade.

Entretanto, a construção da autonomia exige uma atuação docente pautada na escuta sensível e na observação permanente. Reconhecer as crianças como protagonistas implica considerar seus interesses, valorizar suas formas de expressão e respeitar seus diferentes ritmos de desenvolvimento. Isso significa compreender que autonomia não é sinônimo de independência absoluta, mas um processo construído nas relações de cuidado, diálogo, cooperação e mediação pedagógica.

Assim, promover a autonomia na Educação Infantil significa garantir às crianças oportunidades reais de participação em um ambiente acolhedor, seguro e desafiador. Ao favorecer experiências que estimulam a curiosidade, a iniciativa e a construção de vínculos, a instituição educativa contribui para a formação de sujeitos mais confiantes, participativos e capazes de atuar de maneira crítica e responsável em diferentes contextos sociais.

O PAPEL DO PROFESSOR NA INTEGRAÇÃO ENTRE CUIDAR E EDUCAR

A efetivação de uma proposta pedagógica que integre cuidado e educação depende, em grande medida, da atuação do professor. Embora os documentos normativos reconheçam a indissociabilidade dessas dimensões, sua concretização ocorre no cotidiano das instituições de Educação Infantil, por meio das escolhas pedagógicas realizadas pelos profissionais que organizam os tempos, os espaços, os materiais e as experiências das crianças.

Nesse contexto, o trabalho docente ultrapassa a execução de atividades previamente planejadas. Cabe ao professor observar atentamente as manifestações das crianças, interpretar seus interesses, identificar necessidades e criar situações que favoreçam a participação, a curiosidade e a construção de conhecimentos. Essa atuação exige planejamento, escuta sensível e constante reflexão sobre a própria prática.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) atribuem ao professor a responsabilidade de organizar experiências que respeitem as especificidades da infância e promovam o desenvolvimento integral das crianças. Isso implica compreender que ensinar, nessa etapa da Educação Básica, não significa antecipar conteúdos escolares, mas criar condições para que as crianças aprendam por meio das interações, das brincadeiras e das experiências vividas no cotidiano.

Na mesma perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) estabelece que o professor deve assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, promovendo contextos que favoreçam o conviver, o brincar, o participar, o explorar, o expressar-se e o conhecer-se. Esses direitos orientam uma prática pedagógica que reconhece as crianças como protagonistas de seus processos de aprendizagem e valoriza suas múltiplas formas de participação.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o Currículo da Cidade: Educação Infantil reforça a importância da observação, da documentação pedagógica e da escuta das crianças como instrumentos essenciais para o planejamento. Ao registrar as

experiências vividas, acompanhar os percursos de aprendizagem e refletir sobre as interações estabelecidas no cotidiano, o professor qualifica sua prática e organiza propostas mais coerentes com as necessidades e os interesses do grupo.

Barbosa (2006) destaca que a organização da rotina constitui uma dimensão pedagógica do trabalho docente. Mais do que distribuir horários, o professor estrutura experiências que proporcionam segurança às crianças e favorecem a exploração do ambiente, a convivência e a construção de conhecimentos. Quando planejada de forma flexível, a rotina permite acolher os acontecimentos do cotidiano e transformar situações inesperadas em oportunidades de aprendizagem.

De maneira semelhante, Craidy e Kaercher (2001) defendem que o educador deve compreender o desenvolvimento infantil em sua totalidade, reconhecendo que todas as experiências vividas pelas crianças possuem potencial educativo quando mediadas com intencionalidade. Essa concepção exige uma postura investigativa, na qual o professor observa, registra, analisa e reorganiza continuamente sua prática, considerando que cada grupo apresenta necessidades e formas próprias de aprender.

Nesse sentido, a formação continuada também assume papel fundamental. As constantes transformações nas políticas educacionais e nas concepções de infância demandam profissionais comprometidos com o estudo, a reflexão crítica e o aperfeiçoamento permanente de suas práticas. O professor que investe em sua formação amplia sua capacidade de interpretar os documentos curriculares, dialogar com diferentes referenciais teóricos e construir propostas pedagógicas mais significativas.

Assim, o papel do professor na Educação Infantil vai além da mediação das aprendizagens. Ele consiste em criar ambientes acolhedores, estabelecer relações de confiança, promover experiências desafiadoras e garantir que cada criança seja reconhecida como sujeito de direitos, participante ativo de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, a integração entre cuidado e educação deixa de ser apenas um princípio presente nos documentos oficiais e passa a constituir uma prática efetiva no cotidiano das instituições educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender que a evolução das políticas públicas e das concepções de infância promoveu mudanças significativas na forma de compreender a Educação Infantil no Brasil. O reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos contribuiu para superar perspectivas assistencialistas e fortalecer uma proposta educativa voltada ao desenvolvimento integral, na qual as experiências cotidianas assumem relevante papel na construção das aprendizagens.

Ao longo da análise, verificou-se que os documentos normativos atuais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo da Cidade: Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, orientam práticas pedagógicas fundamentadas nas interações, nas brincadeiras, na participação e na valorização das experiências infantis. Esses referenciais reforçam que a qualidade do trabalho pedagógico depende da organização intencional dos tempos, dos espaços e das relações estabelecidas nas instituições educativas.

Outro aspecto evidenciado refere-se à importância da atuação docente na concretização desses princípios. Planejamento, observação, escuta sensível, documentação pedagógica e reflexão permanente sobre a prática constituem elementos essenciais para que o cotidiano da Educação Infantil se transforme em um contexto de desenvolvimento, participação e construção de conhecimentos. Nesse processo, o professor assume o papel de mediador das experiências infantis, respeitando os diferentes ritmos, interesses e necessidades das crianças.

A pesquisa também permitiu reconhecer que a consolidação de práticas coerentes com as atuais concepções de Educação Infantil depende da formação continuada dos profissionais e do compromisso das instituições em promover ambientes acolhedores, democráticos e participativos. Ainda que importantes avanços tenham sido alcançados nas últimas décadas, permanecem desafios relacionados à superação de práticas fragmentadas e à efetiva implementação dos princípios previstos nos documentos curriculares.

Conclui-se, portanto, que a integração entre

cuidado e educação representa um compromisso ético, pedagógico e social com o direito das crianças a uma educação de qualidade. Mais do que reorganizar rotinas ou redefinir procedimentos, essa perspectiva exige reconhecer a infância em sua complexidade e assegurar experiências que favoreçam o desenvolvimento integral, a participação e o protagonismo infantil desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força:** rotinas na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/CNE, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.
- CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis Elise Pereira da Silva. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade:** Educação Infantil. São Paulo: SME, 2019.



Revista a EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

65
Ano XXI
ISSN 2675-2573

**POETA ANÍSIO SILVA
(PROFESSOR SHELL)**
Muito além do currículo:
O Professor que fez da palavra um abraço.

LANÇAMENTO
VERBO: A POESIA QUE FERRE E PERMANECE
O REAL, A MEMÓRIA E A HUMANIDADE NOS VERSOS INQUIETANTES
DE ANÍSIO SILVA.

www.primeiraevolucao.com.br



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.65>



COORDENAÇÃO:

- Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
- Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
- Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adão Pacheco Valentim e Domingos F. Cassuende Lucunde
- Ana Claudia Souza Silva
- Angelino Wambo Tchaluete e Walter Albino António Sassoma
- Antonia Elcinda Alves Rodrigues
- Augusto Hudson Simeão
- Augusto Hudson Simeão
- Capuma E. Eduardo, Daniel T. Luciano e Wilson V. Gomes Anilba
- Chiquito Afonso F. Domingos e Gouveia de Oliveira N. da Silva
- Cipriano de Jesus Plácido da Silva
- Constantino João Manuel
- Daniel Cordeiro
- Daniela dos Santos Magalhães
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Diego Agostinho Dynczuki
- Edson da Conceição Graça e Rogério Agrey
- Emanuel Ramos Barra
- Glaucimer Silva Batista de Almeida
- Jennyfer Christiane Barboza de Jesus
- Jordânia de Brito
- João Miranda Tumba
- Julieta Elisa André Panzo Tchitungo
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Lusilene da Rocha Alves
- Luzia Feijó Sebastião e Constantino João Manuel
- Madalena Nascente Cardoso João
- Manuel António da Silva Lemos e Constantino João Manuel
- Manuel Francisco Neto
- Marcelo Santos de Mascarenhas
- Maria Teresa da Costa Garcia e Constantino João Manuel
- Moizes Antonio dos Santos
- Sandra Horacio
- Santos Filipe
- Sebastião Alcino Gonçalves
- Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira
- Solange Aparecida Silva
- Suellen Vidal Araújo da Silva
- Viviane Marcia Santos de Mascarenhas

Indexadores:



Parceiros:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

